

## AFRs decidem suspender as manifestações de protesto até novembro, data do PLO prometido pelo Governo

Durante o mês de agosto, o **Sinafresp** promoveu duas atividades com o objetivo de reavaliar as ações da categoria diante da promessa feita pelo Governo de um PLO para 2011. De acordo com o secretário da Fazenda, autor do anúncio, o projeto será votado em novembro próximo e terá validade a partir de 1º de janeiro do ano que vem.

Logo após o anúncio, o Sindicato fez uma consulta a todos os Agentes Fiscais de Rendas sobre o posicionamento da Classe diante do PLO prometido. Mais de 40% dos 2.290 sindicalizados que participaram da pesquisa optaram por suspender as manifestações de protesto.

Essa decisão foi confirmada em seguida, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de agosto. Quase a unanimidade dos AFRs presentes votou pela aceitação da proposta do governo. Desta forma, os AFRs decidiram suspender as manifestações de protesto, mas permanecer alertas, vigilantes à tramitação do PLO na Alesp e à aprovação do aumento do subsídio do governador a partir de 2011.

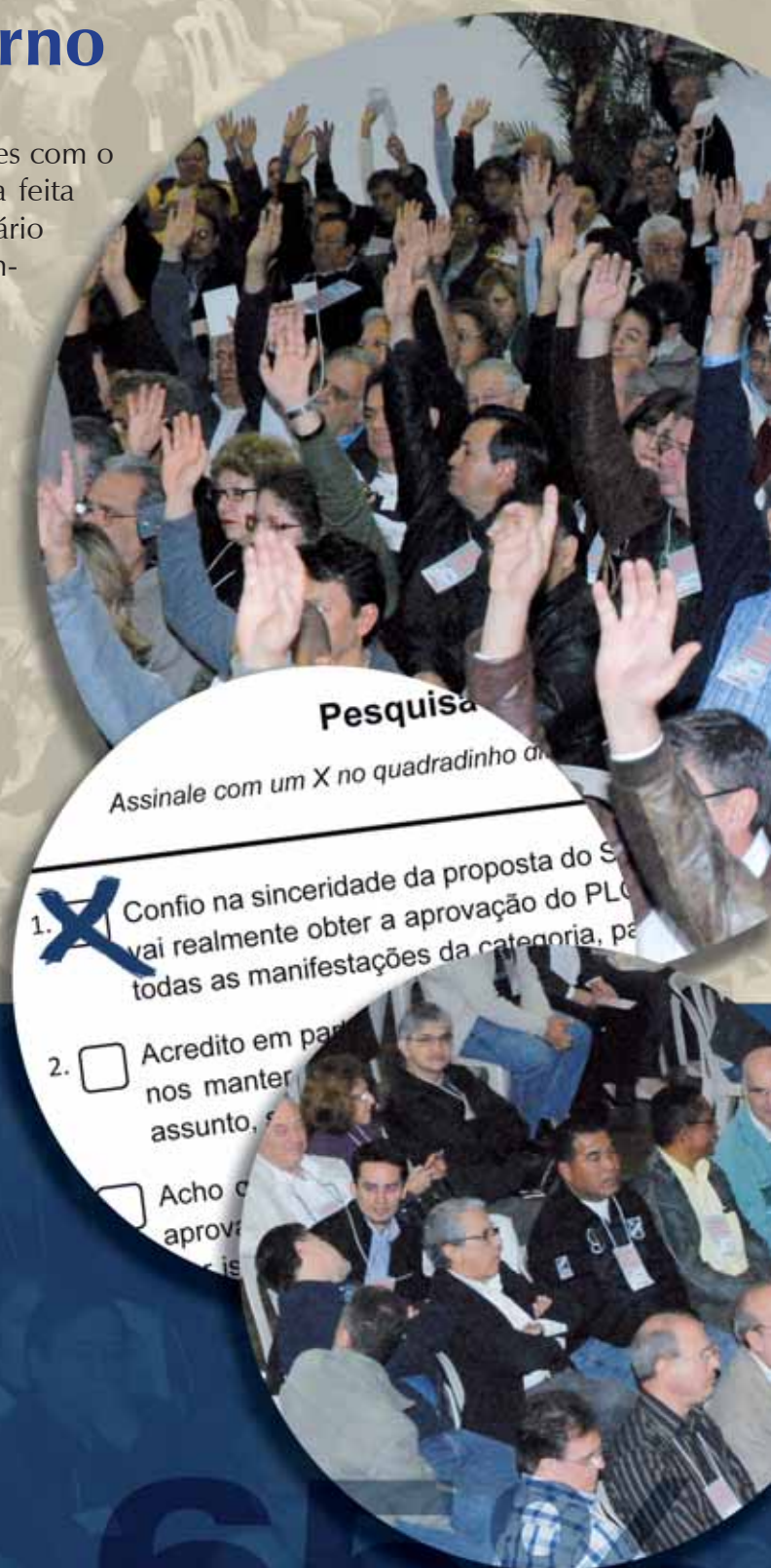
Leia mais informações nas páginas 3 a 5.

**Sinafresp obtém decisão favorável no Mandado de Segurança contra a Função Básica**  
*Página 9*

**AFRs de todo o Estado participam da pesquisa Censo Sinafresp 2010** – *Página 3*

**Sinafresp procura candidato Geraldo Alckmin e reforça pedido de encontro** – *Página 6*

**Fenafisco elabora Carta aos Presidenciais com reivindicações do Fisco Estadual** – *Página 11*



Novos sindicalizados

# AFRs ganham prêmios no sorteio da Campanha de Filiados ao Sinafresp

Na noite de 5 de agosto, foi realizado o sorteio dos prêmios aos AFRs que participaram da Campanha de Novos Filiados ao Sinafresp. Ao todo, seis colegas foram contemplados com Smartphones iPhone e um notebook MacBook Air, ambos da Apple.

Victor Núncio Aprile, conselheiro do Sindicato na Capital, sorteou os cupons com os nomes dos participantes e estava acompanhado pelo presidente, Ivan Netto Moreno, pela vice, Miriam Arado, e pelo tesoureiro José Roberto Costa, além de funcionários da entidade. Estava presente ainda um representante da empresa Crowe Horwath RCS Auditoria e Consultoria, contratada para garantir a idoneidade do evento.

Foram sorteados os seguintes colegas:

**1 Smartphone – iPhone – Apple (para cada pessoa)**

- Carlos Alberto Giralt Neto
- Carlos Alberto Moreira dos Santos
- Priscilla Bastos Ferreira
- Simone Terra da Costa
- Thiago Aguilera Magalhães

**1 notebook MacBook Air – Apple**

- Adilson Dias Grecco



Concorrem aos prêmios todos os AFRs inscritos entre os dias 11 de janeiro e 30 de julho de 2010, totalizando 525 novos sindicalizados. Não foi registrada nenhuma inscrição por indicação de colega antigo.

Finalizada no último mês de julho, o principal objetivo da promoção foi estimular a filiação de AFRs à entidade, principalmente os recém-ingressados na Carreira.

Mesmo os colegas que não participaram da campanha ainda podem se filiar à entidade. Basta acessar a seção *Informações* (no canto superior direito da página inicial do site), clicar no link *Associe-se ao Sindicato* e preencher o formulário. Ou, se preferir, procure o representante da sua regional.

A data da entrega dos prêmios será definida pela Diretoria do Sinafresp e realizada na sede da entidade, localizada na Rua Maria Paula, 123, conjunto 171, no centro de São Paulo.



## Dever Cumprido

Esta seção tem como objetivo prestar homenagem aos colegas que se aposentaram após anos de dedicação e serviços prestados ao Estado e à sociedade. A todos os AFRs que venham a figurar neste espaço, o nosso sincero agradecimento e votos de paz e harmonia no merecido descanso.

Agosto/2010

Dia	Nome	Regional
27	Adilson Dias Grecco	DRTC II/Capital

Expediente

**DIRETORIA**

Presidente: Ivan Netto Moreno; vice-presidente: Miriam Arado; secretário-geral: Teo Franco (afastado); secretária-adjunta: Maria Jordan Azevedo; 1º tesoureiro: José Roberto Costa dos Santos; 2º tesoureiro: Igor Lucato Rodrigues; diretor de assuntos intersindicais: Jorge Breder.

**CONSELHO DE REPRESENTANTES**

**Mesa Diretora Provisória**

Renato Saccaro (DRT 7), presidente; Gilson de Souza Takeya (DRT 11), 1º secretário; Victor Nuncio Aprile (Capital), 2º secretário.

**Comissão Fiscal**

Titulares: Antonio de Ponte Luís (DRT 2), Gilmar Domingos Macarini (DRT 10) e Flávio Werneck Sampaio (DRT 2). Suplentes: Nilo Calandria Ponce (DRT 12) e Humberto Arlow (DRT 15).

**Comissão de Ética**

Titulares: Décio Brites (DRT 16), Marco Aurélio Meira Garcia (DRT 11) e Antonio Guerra (DRT 3). Suplentes: Felisberto Quintella de Carvalho (Capital), José Carlos Ferreira (DRT 10) e Claudio de Lemos (DRT 8).

**Conselheiros**

Pedro de Oliveira Abrahão e Valdeilton da Silva (Sede); Edison Nassif Farah, Felisberto Quintella de Carvalho, Francisco Eloy dos Santos, Marcelo Henrique Yasuda Ketelhuth, Odalio Gonçalves da Mota e Victor Nuncio Aprile (Capital); Antonio De Ponte Luís e Flávio Werneck Rebelo de Sampaio (DRT 2); Antônio Guerra e Miguel Siqueira (DRT 3); Henrique Fabiano dos Santos e Marcelo de França Moraes (DRT 4); Arioaldo de Moraes, Ricardo Castro dos Santos e Rodrigo Máximo Teodoro (DRT 5); Antonio Marques dos Santos Filho e Arlindo Ferreira de Aragão (DRT 6); Alex Sandro Kuhn e Renato Saccaro (DRT 7); Claudio de Lemos e José Aparecido Ciocca (DRT 8); João Boucinha da Costa e Marco Antonio Calderaro (DRT 9); Gilmar Domingos Macarini e José Carlos Ferreira (DRT 10); Gilson de Souza Takeya e Marco Aurélio Meira Garcia (DRT 11); Laercio Luis Miatto e Nilo Calandria Ponce (DRT 12); Renato Cialfi Abbondanza e Eurico Hissashi Shimofusa (DRT 13); Marcelo Mores e Wilson Cotrim Correia (DRT 14); Humberto Arlow e Osório Claudio Bortolin (DRT 15); Décio Brites e Marco Antonio Pezzatto (DRT 16).

**Suplentes**

Elizabeth Ferreira, Sergio Trentin Junior, Durvail Soares Pompeo, Fernando Kioshi Yamakawa, Paulo José Ferreira de Castro, Ricardo Catundado Nascimento Guedes, Eliana Maria Pessoa F de Oliveira, Marcel Martins Gama, Reinaldo Vieira de Sousa, Celso Araújo, Gilberto Ferreira Neves, Osvaldo da Silva Quintino, Pedro Ventura Esteves, Mauro Donizete S. Franco, Elizabeth Hunziker Marques, Fábio Rodrigo de Lima Cicerre, Janaina Coral Zacarchenco, Jorge Fortin de Oliveira, Milton Mazzarini, Rafael Carvalho de Oliveira, Timoteo Camargo, Cleber Stefani, Maria Andreto de M. Candido, Sebastião Mendonça Ribeiro, Edgar Dourados Matos, Manoel Gregório Santos, Michele Ferreira, Adolpho Freitas Ávalos, Mauro Laércio Trombini Garrido, Jair Botero, Jan Luiz Lluemas Parellada, Carlos José de Souza, Valdiney Gomes dos Santos, Edson Tomihiro Kato, Raimundo Bispo Teles, André Georges Aboul Hala, Aluisio Eloy Valadão, Célio Henrique Barbosa, João Zana, José Francisco de Almeida, Suely Barjud R. P. do Nascimento.

**Jornal Sinafresp**

**Conselho Editorial:** Ivan Netto Moreno, Miriam Arado, Teo Franco (afastado), Maria Jordan Azevedo, José Roberto Costa dos Santos, Igor Lucato Rodrigues, Jorge Breder

**Jornalista Responsável:** Renata Eschiletti (Mtb 145/MS)

**Repórter:** Camila Brauer

**Revisão:** Andrea Herszozon

**Diagramação:** Alexandra Terzian Simonka

**Tiragem:** 6.000 exemplares

**Impressão:** Potyguara Ltda.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria do Sinafresp.



Endereço: Rua Maria Paula, 123 – 17º andar  
 São Paulo – SP – CEP 01319-001  
 PABX: (011) 3113-4000 – Fax: 3113-4007  
 E-mail: redacao@sinafresp.org.br  
 www.sinafresp.org.br

## Participação

# Começam a chegar à entidade os questionários preenchidos do Censo Sinafresp 2010

AFRs de todo o Estado começaram a devolver a pesquisa Censo Sinafresp 2010 preenchida. O material foi enviado a 6.500 Agentes Fiscais de Rendas de todo o Estado, filiados ou não, ativos e aposentados.

Até o fechamento desta edição do *Jornal Sinafresp*, a Secretaria do **Sindicato** registrou a chegada de 900 questionários preenchidos.

O objetivo da Diretoria da entidade é compreender melhor o pensamento dos Agentes Fiscais de Rendas e traçar um perfil da Classe. Para assegurar o rigor técnico e o sigilo, foi contratada a FESPSP (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo).

A pesquisa foi dividida em dois módulos com envelopes distintos. O primeiro módulo era um questionário cadastral desti-

nado a atualizar, ampliar e enriquecer o banco de dados da entidade. Com caráter absolutamente sigiloso, o segundo módulo era composto por duas partes: um bloco com quarenta e oito questões direcionadas a assuntos gerais como o **Sindicato** e suas ações, a Carreira e a remuneração, a Sefaz e o governo e os políticos e as eleições; e outro bloco com vinte questões sobre a pesquisa de satisfação no trabalho do AFR.

Durante o prazo de devolução dado aos AFRs, a Diretoria ressaltou a importância da participação de todos os Agentes Fiscais de Rendas nessa ampla pesquisa realizada pelo **Sindicato**.

Acesse o site do **Sinafresp** e acompanhe os resultados da pesquisa.



## Maioria dos AFRs diz acreditar no PLO anunciado pelo governo e decide pela suspensão das manifestações de protesto da categoria

Na segunda semana de agosto, foi encerrado o recebimento dos questionários da pesquisa de opinião sobre o PLO para correção do subsídio do governador, prometido pelo governo para ser apresentado em novembro próximo e vigorar a partir de 2011. A consulta feita pelo **Sinafresp** apresentava quatro alternativas de respostas, segundo o grau de confiança na concretização da medida e o nível de mobilização que deveria ser adotado pela categoria nos próximos meses.

Ao todo, 2.290 filiados de todo o Estado responderam à pesquisa. A resposta número um, pela suspensão das manifestações da Classe, foi escolhida por 931 filiados, representando 40,65% dos participantes. Em seguida, veio a resposta número três, com 477 marcações (20,83% do total); seguida pela resposta número dois, com 433 indicações (18,91% do total);

e, por fim, a resposta quatro, com 432 marcações (18,86% do total).

Doze questionários chegaram sem a marcação de nenhuma das quatro opções, mas com comentários ou respostas manuscritos com outras opções de respostas. Cinco foram desconsiderados por chegarem em envelopes diferentes dos oficiais da pesquisa.

A Diretoria considerou que o volume de respostas foi bastante alto e proporcionou uma amostra representativa da opinião que a Classe tem hoje sobre o PLO.

Veja no quadro abaixo como foi a participação dos AFRs, por regional, na pesquisa de opinião feita pelo **Sindicato**.

DRT	Resposta 1	Resposta 2	Resposta 3	Resposta 4	Sem resposta	Envelope fora do padrão	TOTAL
Capital	324	195	213	209	6	4	951
DRT 2/Santos	20	14	21	22	-	-	77
DRT 3/Taubaté	41	9	22	13	-	-	85
DRT 4/Sorocaba	57	11	17	15	-	-	100
DRT 5/Campinas	53	36	53	35	-	-	177
DRT 6/Ribeirão Preto	88	32	22	28	2	-	172
DRT 7/Bauru	31	21	16	12	-	-	80
DRT 8/São José do Rio Preto	50	12	26	14	1	-	103
DRT 9/Araçatuba	34	10	8	9	-	-	61
DRT 10/Presidente Prudente	34	7	7	14	-	-	62
DRT 11/Marília	49	13	15	11	3	-	91
DRT 12/ABC	20	7	11	12	-	-	50
DRT 13/Guarulhos	13	8	9	7	-	-	37
DRT 14/Osasco	30	21	5	7	-	1	64
DRT 15/Araraquara	41	26	4	10	-	-	81
DRT 16/Jundiaí	38	7	19	10	-	-	81
Outros	8	4	9	4	-	-	25
Total de cada	931	433	477	432	12	5	2.290
Porcentagem	40,65%	18,91%	20,83%	18,86%	0,52%	0,21%	

# Em AGE, AFRs aceitam PLO e decidem suspender p

**N**a manhã de 14 de agosto, estava prevista a realização de duas Assembleias Gerais Extraordinárias sucessivas da categoria no Círculo Militar de São Paulo. Entretanto, a primeira delas, convocada por meio de abaixo-assinado subscrito por 347 AFRs (sendo 333 regularmente filiados ao **Sinafresp**), não alcançou o número mínimo de presentes para sua realização.

Em seguida, às 10 horas, cumprindo o edital de convocação, teve início a segunda AGE do dia, convocada pela Diretoria da entidade e com a presença de mais de 420 colegas. O colega Ricardo Castro, conselheiro do **Sindicato** na DRT 5/Campinas, foi eleito presidente da mesa e convidou Victor Núncio Aprile, representante da Capital, e Maria Jordan Azevedo, diretora, para secretariarem a reunião.

Logo no início das atividades, o presidente, Ivan Netto Moreno, falou sobre o anúncio do secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa, do suposto PLO para novembro. Ele também comentou os inúmeros encontros que os diretores do **Sindicato**, além de colegas do interior e da Capital, têm realizado com

candidatos políticos e com outras autoridades para confirmar o apoio ao PLO.

“Todos os que procuramos confirmaram apoio ou, pelo menos, disseram saber da intenção do governo. Acredito que agora é hora de a Classe reavaliar seus próximos passos diante dessa possibilidade”, destacou o presidente.

Ivan informou ainda o resultado da pesquisa de opinião feita com os colegas e anunciou que pouco mais de 40% dos 2.290 sindicalizados que participaram da consulta optaram por suspender as manifestações de protesto.

Essa decisão foi confirmada em seguida, com a votação do primeiro item da pauta. Quase a unanimidade dos AFRs presentes votou pela aceitação da proposta do governo de um PLO, em novembro, que aumente o subsídio do governador a partir de janeiro de 2011. Houve a ressalva de que essa aceitação tem caráter estratégico e não descarta a continuação da busca pela PEC do teto único, que deve continuar.

## Sistema eletrônico da AGE mostra origem dos AFRs presentes

O sistema eletrônico que permitiu o controle de acesso à última Assembleia Geral Extraordinária dos Agentes Fiscais de Rendas, realizada no dia 12 de agosto, gerou bastante curiosidade nos colegas sobre a participação da categoria no evento.

Isso porque, além de controlar a quantidade de filiados que permaneciam dentro do salão onde a AGE estava acontecendo e dos que se retiravam do local, o sistema também demonstrava a origem dos AFRs que participaram das deliberações da Classe.

Atendendo aos inúmeros pedidos feitos à entidade, segue ao lado a relação de presença na assembleia de 14 de agosto por DRT.

	A	B
1	ContarDeNome	drt
2	2	2
3	7	3
4	20	4
5	40	5
6	7	6
7	3	7
8	28	8
9	3	9
10	3	10
11	5	11
12	52	12
13	10	13
14	15	14
15	5	15
16	33	16
17	5	
18	63	C1
19	26	C2
20	37	C3
21	1	DRF
22	1	DTI
23	3	SEDE DEAT
24	1	SEDE DTI
25	1	SEDE DTJ-1
26	53	SEDE SEFAZ
27	1	SEDE/DEAT
28	425	



# protestos, mas permanecer mobilizados

Após uma inversão na pauta, os colegas também aprovaram a intensificação dos contatos do **Sindicato** com os políticos, inclusive candidatos a governador, para abrir caminhos rumo à solução definitiva do teto salarial, por meio de uma PEC para instituir o limite único remuneratório no Estado equivalente ao subsídio dos desembargadores de Justiça.

Sobre o item "reavaliar as mobilizações que haviam sido decididas na AGE de 20 de março de 2010", os AFRs decidiram manter o estado de mobilização da categoria, com a realização de reuniões internas para discutir assuntos de interesse da Classe e acompanhamento das atividades na Alesp e suspender apenas os atos de protestos que demonstram publicamente o descontentamento da categoria com o atual governo.

Isso significa que os AFRs permanecerão alertas, vigilantes à tramitação do PLO na Alesp e à aprovação do aumento do subsídio do governador a partir de 2011. Nesse sentido, foi aprovada também a realização de uma AGE em setembro, caso o aumento não esteja inserido no orçamento de 2011; e uma segunda AGE

entre novembro e dezembro (a critério da Diretoria), quando o PLO deverá estar na fase final de tramitação e aprovação.

Sobre a extinção do Nível Básico, a Classe decidiu também suspender as manifestações nesse momento, sem prejuízo da continuidade das tratativas para a busca (ainda nesse governo) de ao menos uma solução intermediária para a questão. Neste sentido, foi aprovado pela AGE o encaminhamento ao secretário da Fazenda de uma moção de apoio à essa reivindicação.



## Trabalho político

# Sinafresp procura candidato Geraldo Alckmin e reforça pedido de encontro

O **Sinafresp** tem acompanhado de perto os passos que o candidato ao governo de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), tem dado pelo Estado nos eventos de sua campanha eleitoral.

Em 17 de agosto, Miriam Arado e o diretor do **Sinafresp** José Roberto Costa dos Santos compareceram a um evento público de Geraldo Alckmin para reforçar, mais uma vez, o pedido de encontro com a entidade.

Os diretores foram até o Mercado da Lapa, na capital paulista, onde o candidato promovia uma caminhada com eleitores e simpaticizantes. Em meio à multidão, Miriam Arado conseguiu chegar até Alckmin e lembrá-lo da reunião com a entidade do Fisco Paulista.

Dois dias depois, em 19 de agosto, Alckmin foi a Campinas cumprir agenda política. O diretor Jorge Breder, os conselheiros da DRT 5 Ricardo Castro dos Santos e Rodrigo Máximo Teodoro, a suplente Janaína Coral Zacarchenco e o colega Flávio Nolasco compareceram ao evento para tentar cercar novamente o candidato e reforçar o pedido de encontro com a Diretoria do **Sinafresp**.



Em ambos os eventos, os diretores também conversaram com o AFR aposentado e candidato ao Senado, Orestes Quércia (PMDB) e outros candidatos ao cargo de deputado estadual na Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) que participavam das atividades.

### Cobrança da Classe

A cobrança pelo encontro do candidato com o **Sinafresp** tem sido feita por vários colegas desde o dia 13 de julho, quando, durante um evento promovido pela UGT (União Geral dos Trabalhadores), na capital paulista, Alckmin trocou algumas rápidas palavras com os diretores do **Sinafresp** e salientou saber da “grande importância do trabalho do Fisco paulista”. Na conversa, ele solicitou ao seu assessor que agendasse encontro com a entidade.

No dia 30 de julho, na cidade de Rio Claro, o conselheiro do **Sinafresp** em Araquara, Osório Cláudio Bortolin, acompanhado pelo AFR aposentado Vicente Marola Neto, conseguiu falar com Alckmin e o lembrou da promessa de conceder uma audiência com a Diretoria do **Sinafresp**.



Naquela ocasião, segundo Osório, o ex-governador afirmou que iria agendar essa reunião “o mais depressa possível”. No fim da tarde desse mesmo dia (30), Alckmin compareceu à inauguração do escritório eleitoral do deputado Duarte Nogueira, em Ribeirão Preto. Lá, falando rapidamente com a vice-presidente do **Sindicato**, Miriam Arado, confirmou que havia conversado com o colega Osório em Rio Claro e reiterou sua intenção de receber a Diretoria da entidade para tratar de assuntos de interesse da categoria.

## Sinafresp reúne-se com responsável pelo programa de Geraldo Alckmin, deputado federal José Aníbal (PSDB)

Na tarde de 3 de agosto, o presidente do **Sinafresp**, Ivan Netto Moreno, e o diretor José Roberto Costa dos Santos estiveram com o deputado federal José Aníbal (PSDB), coordenador do programa de campanha do candidato ao governo do Estado Geraldo Alckmin (PSDB), em São Paulo. O encontro foi intermediado pelo colega aposentado Wilson Baptista Alves, de Guarulhos.

José Aníbal, que tenta a reeleição na Câmara dos Deputados, ouviu dos diretores a informação de que o governador, Alberto Goldman, e o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa, haviam ajustado a aprovação de um PLO em novembro corrigindo o subsídio do governador a partir de 2011. O objetivo da visita foi sensibilizar o candidato ao governo do Estado para que, se eleito, apoie esse projeto.

Aníbal fez algumas perguntas aos AFRs e depois disse que “não via nenhum problema” para o novo governo em apoiar

essa reivindicação da categoria (caso o candidato Alckmin seja eleito).

O **Sinafresp** falou ainda da disposição dos Agentes Fiscais de Rendas em trabalhar como parceiros do novo governo estadual no desenvolvimento de projetos de interesse da coletividade.

Ficou acertado que a Diretoria do **Sindicato** voltará a conversar com o deputado federal José Aníbal dentro de alguns dias para levar propostas e agendar reunião com Geraldo Alckmin.



Até o fechamento desta edição do Jornal Sinafresp não havia nenhuma informação sobre a data do encontro com o candidato ao governo.



## ICAT do 2º trimestre de 2010 fica em 100% e PR deve ser paga em setembro

Na edição de 21 de agosto do *Diário Oficial do Estado*, foi publicada a Resolução SF 83, na qual o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Machado Costa, tornou público o valor do ICAT (Índice de Cumprimento de Metas das Unidades da Administração Tributária) referente ao segundo trimestre de 2010. A medida tem fins para

o pagamento da PR (Participação nos Resultados) dos AFRs.

De acordo com a publicação, o ICAT do período entre abril e junho de 2010 foi de 100%. Conforme o artigo 33 da Lei Complementar nº 1059, de 18 de setembro de 2008, a PR referente a esse

trimestre deve ser paga aos AFRs até o mês de setembro.

Para calcular o valor da sua Participação nos Resultados, acesse a página principal do site do **Sinafresp** e clique no link *Simulador da PR* (no canto superior direito da página).

### Veja abaixo a tabela de pagamento da PR referente a cada trimestre do ano.

Período de avaliação	Previsão de pagamento
<b>1º trimestre</b> janeiro, fevereiro e março	<b>5º dia útil do mês de junho</b> (folha de pagamento de maio)
<b>2º trimestre</b> abril, maio e junho	<b>5º dia útil do mês de setembro</b> (folha de pagamento de agosto)
<b>3º trimestre</b> julho, agosto e setembro	<b>5º dia útil do mês de dezembro</b> (folha de pagamento de novembro)
<b>4º trimestre</b> outubro, novembro e dezembro	<b>5º dia útil do mês de março do ano seguinte</b> (folha de pagamento de fevereiro)
<b>Adicional por cumprimento superior à meta</b>	<b>5º dia útil do mês de abril do ano seguinte</b> (folha de pagamento de março)

Fonte: Lei Complementar nº1059, de 18 de setembro de 2008, artigo 33, § 1º e § 3º, e Resolução SF – 56, de 23 de outubro de 2008, artigos 9º e 10:

Artigo 9º – O pagamento da Participação nos Resultados – PR, do exercício considerado, calculada na forma desta resolução, será efetuado com a remuneração dos meses de competência maio, agosto, novembro e fevereiro do exercício seguinte.

Artigo 10 – O pagamento do adicional da Participação nos Resultados – PR a que se refere o artigo 8º desta resolução será efetuado com a remuneração do mês de competência março do exercício seguinte ao considerado.

## Nova resolução traz alterações na pontuação do Prêmio de Produtividade da Fiscalização Externa a partir de 1º de setembro

Publicada em 18 de agosto último, no *Diário Oficial do Estado*, a nova resolução, que dispõe sobre a pontuação no Prêmio de Produtividade dos Agentes Fiscais de Rendas da fiscalização direta de tributos, apresenta algumas mudanças em relação à medida anterior.

Na semana passada, o **Sinafresp** informou aos seus filiados a prorrogação da Resolução SF 12/2010 que, inicialmente, tinha validade até 31 de julho de 2010. Porém, conforme explicou o diretor da DEAT, José Clovis Cabrera, ao presidente, Ivan Netto Moreno, a medida teve sua vigência esten-

didada até 31 de agosto de 2010, para que a nova resolução pudesse ser finalizada.

Com validade no período entre 1º de setembro de 2010 e 28 de fevereiro de 2011, a Resolução SF 81 contempla algumas das sugestões apresentadas pelo **Sinafresp** para o aperfeiçoamento do sistema de pontuação da FDT.

Somadas a essas alterações estão algumas novidades como a criação de pontuações inexistentes na medida anterior, além da redução de pontos contabilizados em determinadas atividades.

Para auxiliar os AFRs no estudo e no entendimento do novo sistema de pontuação da FDT, o diretor José Roberto Costa dos Santos elaborou uma planilha comparativa entre a Resolução SF 12/2010 (em vigor até agosto) e a Resolução SF 81/2010 (com vigência a partir de setembro). No quadro, estão indicadas as alterações, bem como um breve comentário sobre as mudanças.

Acesse a área restrita do site, na seção *Downloads para Associados*, e veja o quadro comparativo. Na seção *Imprensa/Downloads*, você encontra a Resolução SF 81/2010.

**21 de setembro**  
**Dia do AFR**

Uma homenagem do **Sinafresp** aos colegas Agentes Fiscais de Rendas

**sinafresp**

## Os modernos desafios do sindicalismo

Por Ivan Netto Moreno

A Revolução Industrial começou na Inglaterra no século XVII e proporcionou a expansão do trabalho assalariado. Com o passar dos anos, os trabalhadores foram se organizando para lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho e de vida. No século XIX e no início do século XX, era comum a ocorrência de greves e protestos violentos, quebraadeiras de máquinas, ocupações de fábricas e ferozes enfrentamentos com a polícia, como forma de lutas pelas reivindicações dos operários.

Mas na primeira metade do século XX se operou a passagem do capitalismo desregulado para o capitalismo regulado. Isso levou a um processo crescente de reconhecimento e institucionalização de direitos sociais e trabalhistas dos empregados, com o surgimento de uma regulação oficial das relações entre capital e trabalho. O próprio direito de greve passou a ser reconhecido legalmente e as lutas salariais passaram a ser frequentemente mediadas pelo poder público.

Nesse contexto, os sindicatos dos trabalhadores cresceram e foram peças essenciais no processo de disciplinamento das relações entre os que trabalhavam e os donos dos estabelecimentos empregadores. Formaram-se grandes centrais sindicais, fortalecidas nas negociações de pautas de reivindicações em mesas tripartite: trabalhadores, empregadores e Estado.

Na Europa e em outros lugares, boa parte dos partidos revolucionários que surgiram no final do século XIX e início do século XX passou a aceitar a luta democrática no âmbito do capitalismo e impulsionaram uma poderosa corrente social-democrata, que se apresentou como expressão política dos trabalhadores e dos sindicatos. O chamado *Estado do Bem Estar Social* ou *Estado Previdenciário*, garantidor de direitos, se fortaleceu nessa confluência entre sindicalismo e social-democracia, principalmente a partir do fim da II Guerra Mundial. A luta sindical não se limitou a reivindicar apenas melhores salários e condições de trabalho. As bandeiras de luta do sindicalismo passaram a incluir a reivindicação de garantias previdenciárias, direitos assistenciais à saúde, educação, moradia e a instituição de mecanismos de proteção ao emprego.

Todavia, a partir da década de 1970, passou a haver uma forte resistência às crescentes conquistas trabalhistas, por parte de setores políticos e de empresários, com apoiadores na mídia e no mundo acadêmico. A Inglaterra foi nova-

mente pioneira neste movimento: sob o governo de Margaret Thatcher foi implantada uma nova legislação para reduzir encargos das empresas e direitos trabalhistas, flexibilizar e desregular o mercado de trabalho, limitar o direito de greve, a autonomia sindical e a negociação coletiva. A par disso, ganhou força a corrente que defendia o processo de privatização e de redução do tamanho do Estado.

A partir daí, instalou-se uma crise de identidade no movimento sindical e a discussão sobre seu papel se tornou mais intensa na medida em que as iniciativas transformadoras se espalharam para outros países, no que ficou conhecido como reformas neoliberais. No início deste processo, boa parte dos sindicalistas e da esquerda política acreditou que as mudanças na estrutura dos direitos e das relações de trabalho se deviam exclusivamente à intencionalidade política dos neoliberais, uma questão ideológica, enfim. Depois se passou a perceber que havia mais coisas: a revolução tecnológica, a globalização e o colapso do comunismo eram fatores que também produziam impactos sobre o mundo do trabalho e o sindicalismo.

As novas tecnologias e a globalização, associadas às novas tendências políticas, produziram uma série de conseqüências: forte mobilidade do capital, não só financeiro, mas também físico (uma fábrica poderia rapidamente mudar de uma para outra região do país e do planeta); crises na sustentação fiscal das políticas de bem estar social (envelhecimento da população e aumento da expectativa de vida); emergência de uma estrutura social e de trabalho mais complexa, com a expansão dos trabalhadores nas áreas de serviços e redução do quadro dos trabalhadores fabris. Outros fatores surgiram em conseqüência da mudança no estilo da vida moderna: novos perfis das famílias e das comunidades; alteração de aspirações dos trabalhadores no âmbito do trabalho e da moradia; enfraquecimento dos valores da solidariedade e do coletivismo, e fortalecimento dos valores do individualismo. A mercadorização da previdência, da saúde e da educação também são uma característica dos novos tempos.

Uma das mais importantes mudanças havidas no mundo foi o surgimento de novas bandeiras que vêm sendo empunhadas por parcelas cada vez maiores da população. São as discussões em torno das políticas de moralidade política, direitos das minorias, aborto, defesa do meio ambiente e tantas outras ligadas ao conceito de cidadania que cada vez mais impregna os vários segmentos da população. Essas novas preocupações, levando ao aumento da complexidade

da sociedade também alterou os sistemas de produção e o mercado de trabalho, com a expansão da subcontratação, da terceirização e da informalidade, além da exigência de maiores qualificações por parte dos trabalhadores.

Um dos resultados desse novo quadro social e econômico foi o declínio da militância em defesa do *Estado do Bem Estar Social*, o que levou ao enfraquecimento da regulação do conflito trabalhista pelos sindicatos e centrais sindicais, bem como das negociações coletivas de trabalho.

A mobilidade do capital físico (fábricas, por exemplo) proporcionada pela globalização e pelas novas tecnologias conferiu aos empresários maior poder de barganha, seja frente ao Estado, seja frente aos trabalhadores e aos sindicatos. Basta dizer que o capital procura sempre melhores condições fiscais para se instalar e que, ante o risco de conflitos trabalhistas agudos, como greves, fábricas inteiras podem simplesmente fechar as portas e se transferirem para outras cidades, estados ou outros países, com situações mais favoráveis.

Essa capacidade de uma empresa ou estabelecimento se deslocar rapidamente de um para outro lugar mais vantajoso, evidentemente, tira poder de barganha dos trabalhadores e sindicatos, que não mais podem utilizar as greves e grandes mobilizações como forma de luta por suas reivindicações. Obrigados a redirecionar as pautas de reivindicação, sindicatos e dos trabalhadores passaram incluir em suas agendas as políticas de moralidade e cidadania, como responsabilidade social, defesa do meio ambiente, gênero, questões étnicas, assédio moral, discriminação sexual, políticas de lazer, defesa dos consumidores, vale-refeição, transporte, responsabilidade social, políticas sociais públicas e qualificação da mão de obra. No âmbito da negociação trabalhista, aposta-se hoje nas câmaras locais e setoriais e na reivindicação da participação nos lucros das empresas.

Se é verdade que o sindicalismo vem redefinido suas pautas de luta, o mais difícil parece ser a redefinição das formas de mobilização. Alguns procuram valorizar o uso mais intensivo da Internet. Esta, de fato, facilitou a comunicação. Mas, até agora, não tem se mostrado completamente eficaz na mobilização de trabalhadores. Discutir a nova agenda sindical e também o papel do sindicalismo do setor público neste atual contexto é uma tarefa que se impõe para que se possa compreender melhor o espaço e a missão da nossa categoria na sociedade complexa em que vivemos.



## Sinafresp obtém mais uma vitória definitiva contra o subteto estadual

Por Cristian Gonçalves

O Departamento Jurídico do **Sinafresp** obteve mais uma vitória definitiva em Mandado de Segurança visando à exclusão das vantagens pessoais da incidência do teto salarial. A ação, ajuizada em 15 de junho de 2005, beneficia 20 associados.

Na referida ação, foi concedida a segurança para determinar a exclusão das vantagens pessoais adquiridas até dezembro do ano de 2003 do limite previsto pelo redutor (salário do governador), resguardando-se, assim, a irredutibilidade salarial e o direito adquirido.

Vale ressaltar que essa ação alcançou o trânsito em julgado sem a apreciação do Supremo Tribunal Federal, vez que o Recurso Extraordinário interposto pela PGE não foi recebido por ausência no cumprimento de um requisito formal necessário ao Recurso.

Outro ponto interessante a esclarecer é o fato de que, na execução do julgado, o Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceu o direito de os impetrantes dessa ação receberem o valor que foi indevidamente descontado desde a data da concessão da liminar (23 de maio de 2005) de forma administrativa, isto é, em holerite suplementar.

Isto, porque, conforme bem decidiu a eminente desembargadora

relatora Constança Gonzaga, “na ação mandamental, a ordem judicial deve ser cumprida de imediato e integralmente, mormente porque o ‘writ’ tem regramento próprio, ainda que tenha efeitos financeiros imediatos, cuida-se, efetivamente, de ordem endereçada ao impetrado, no caso, em razão de terem sido os descontos considerados como violadores de direito líquido e certo dos impetrantes”.

A possibilidade do cumprimento imediato do julgado com recebimento de valores sem precatório deve-se também ao fato de que esse processo tramitou com decisões favoráveis desde o início.

Vale lembrar que essa ação beneficia apenas os 20 associados constantes desse processo. Os demais associados que também tenham entrado com esse tipo de ação devem aguardar o julgamento final de suas ações que, provavelmente, deve se dar com a apreciação definitiva pelo colendo STF.

Para acompanhar o andamento de suas ações, o associado deve acessar o site da entidade [www.sinafresp.org.br](http://www.sinafresp.org.br) na área restrita de acompanhamento processual.

*\*Cristian David Gonçalves é advogado e compõe a equipe do Departamento Jurídico do Sinafresp.*

## Sinafresp ajuíza Mandado de Segurança Coletivo contra a incidência do IR sobre a ajuda de custo recebida pelo juiz do TIT

Por Cristian Gonçalves

No dia 6 de agosto, o **Sinafresp**, por meio do seu Departamento Jurídico, impetrou Mandado de Segurança Coletivo, com a finalidade de declarar a ilegalidade e inconstitucionalidade da incidência do Imposto de Renda sobre a ajuda de custo mensal recebida pelos associados que exercem, ou vierem a exercer, a função de juiz do Tribunal de Impostos e Taxas (TIT).

Na ação, o **Sindicato** sustenta que essa verba, por ter natureza indenizatória, conforme disposto no artigo 70 da Lei Estadual nº 13.457/09, não pode sofrer a incidência do referido imposto.

No entanto, na medida em que a própria lei confere caráter indenizatório a essa ajuda de custo, isto significa dizer que não existe acréscimo patrimonial e, conseqüentemente, não está configurado o fato gerador do IR.

A ação foi distribuída para uma das Varas da Fazenda Pública e, como foi pedida a prioridade no trâmite processual, em razão de alguns dos associados que exercem a função de juiz do TIT terem mais de 60 anos, seu julgamento deve se dar de forma mais rápida.

Para acompanhar o andamento dessa ação, basta o associado acessar o site [www.sinafresp.org.br](http://www.sinafresp.org.br), na área restrita de acompanhamento processual.

*\*Cristian David Gonçalves é advogado e compõe a equipe do Departamento Jurídico do Sinafresp.*

## Emenda do subteto único de Mato Grosso é declarada inconstitucional

Por Thiago Durante

Recentemente, mais precisamente no mês de maio de 2010, o Plenário do STF declarou por unanimidade inconstitucional a emenda à Constituição do Estado do Mato Grosso que fixou um subteto único para todos os seus servidores públicos. Esse subteto seria equivalente ao valor do subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça daquele Estado.

O relator da ADIN nº 4.154, ministro Ricardo Lewandowski, entendeu que a iniciativa para a propositura da emenda teria de ser do governador daquele Estado, por se tratar de alteração no regime jurídico do funcionalismo público (artigo 61, § 1º, II, “c”, da Constituição Federal). Porém, a Emenda Constitucional 54, de 26 de agosto de 2008, foi de iniciativa da própria Assembleia Legislativa mato-grossense.

Além disso, a EC incluía no subteto único os deputados estaduais, diferentemente do que prescreve o § 12 do artigo 37 da Constituição da República. Esse dispositivo permite aos Estados e ao Distrito Federal estabelecerem subtetos únicos vinculados ao subsídio dos desembargadores dos respectivos Tribunais de Justiça – 90,25% do subsídio mensal dos ministros do STF.

*\*Thiago Durante é membro do Departamento Jurídico do Sinafresp.*

## Promoções

# Sinafresp obtem decisão favorável no Mandado de Segurança contra a Função Básica

Por Thiago Alves

A primeira das ações ajuizadas pelo **Sinafresp** contra a função básica obteve julgamento favorável em primeira instância.

No Mandado de Segurança visando à equiparação funcional e à salarial dos representantes fiscais e julgadores fiscais, funções básicas, com seus equivalentes em grau imediatamente superior, o nobre magistrado da 3ª Vara da Fazenda Pública, apesar de não haver deferido a liminar, no julgamento de mérito, concedeu a segurança, "a fim de determinar à autoridade impetrada que se abstenha

de classificar os servidores nomeados anteriormente à Resolução SF nº 33/10 nas funções básicas de representante fiscal e julgador fiscal".

A ação não foi julgada sob o fundamento da equiparação salarial e isonomia funcional, mas na impossibilidade de reclassificação com redução de vencimentos, após a nomeação dos novos AFRs, o que, de certa forma, abre possibilidade para impetração de outra medida judicial, sob nova argumentação, caso os outros mandados de segurança propostos contra a função básica (assistentes fiscais e

assessores fiscais) não obtenham decisões favoráveis.

A decisão ainda não foi publicada, mas o juiz, logo após o proferimento da sentença, já determinou a intimação da autoridade coatora – secretário da Fazenda do Estado de São Paulo –, para providenciar seu imediato cumprimento.

Estaremos atentos à efetivação da decisão e acompanhando o desenrolar do processo.

*\*Por Thiago Alves, chefe do Departamento Jurídico do Sinafresp.*

## Sinafresp ajuíza Mandado de Segurança para obter informações do Departamento de Despesas

Por Frederico dos Santos França

O Departamento Jurídico do **Sinafresp** impetrou Mandado de Segurança para obter informações no DDPE (Departamento de Despesas de Pessoal da Secretaria da Fazenda).

Visando à realização de estudos relativos a reivindicações salariais da Classe, o **Sindicato** encaminhou, em abril último, ofício para o DDPE requerendo a prestação de informações, como o valor total da folha de pagamento efetivo bruto dos AFRs ativos e inativos, valor total do pagamento da Participação nos Resultados e outras informações indispensáveis à atuação mais eficiente do **Sindicato**.

Entretanto, o Departamento de Despesa de Pessoal negou-se a prestar tais infor-

mações com fundamento em parecer da Consultoria Jurídica. A alegação foi que as informações pleiteadas possuem caráter sigiloso e que o seu fornecimento possibilitaria o cruzamento de dados, além do conhecimento da faixa salarial dos integrantes da Carreira, o que atentaria contra a privacidade dos servidores, direito assegurado constitucionalmente.

Ocorre que essas informações já foram solicitadas diversas vezes pelo **Sindicato** e sempre foram prontamente prestadas pelo mesmo departamento, inclusive com teor mais detalhado do que o requisitado agora.

Além de ser direito do **Sindicato** obter informações referentes à categoria, esses dados são publicados no *Diário Oficial do*

*Estado*, fato que, por si só, contraria a argumentação do DDPE de que as informações são sigilosas.

Diante da injustificada negativa do DDPE e da imprescindibilidade das informações para viabilizar estudos do **Sinafresp**, o Departamento Jurídico impetrou Mandado de Segurança destinado a obter decisão judicial que imponha ao departamento o imediato fornecimento dos dados.

A tramitação da ação poderá ser acompanhada pela área restrita do site [www.sinafresp.org.br](http://www.sinafresp.org.br), na seção *Processos*.

*\*Frederico dos Santos França, advogado membro do Departamento Jurídico do Sinafresp.*

### OFÍCIO CIRCULAR SINAFRESP nº 001/2010

Comunicamos aos Agentes Fiscais de Rendas sindicalizados que, na reunião do Conselho de Representantes, realizada em 17 de julho de 2010, foi aprovada atualização da contribuição mensal ao Sindicato, atualmente no valor R\$ 60,00 (sessenta reais), para o valor de R\$ 70,00 (setenta reais).

Essa atualização da mensalidade, que permaneceu inalterada desde janeiro de 2009, tornou-se necessária, tanto para manter o poder de compra diante da inflação ocorrida no período quanto para fazer frente ao aumento do volume de despesas do Sindicato, em consequência da intensificação da mobilização da Classe neste exercício e das despesas com ela relacionadas.

Informamos, ainda, que o novo valor da mensalidade passará a ser descontado a partir do 5º dia útil de outubro/2010, com o pagamento correspondente ao mês de referência setembro/2010.

São Paulo, 30 de agosto de 2010.

IVAN NETTO MORENO  
Presidente



**Agenda mínima**

## Entidades elaboram Carta aos Presidenciáveis com reivindicações do Fisco Estadual

Durante o encontro dos Fiscos Estaduais realizado entre os dias 23 e 27 de agosto, o **Sinafresp** e demais entidades representativas aprovaram a elaboração de uma Carta aos Presidenciáveis. O documento é uma agenda mínima de reivindicações do Fisco e será encaminhada aos candidatos nos próximos dias.

A deliberação foi o destaque da reunião

do Conselho Deliberativo, promovido pela Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital), em parceria com o Sindifisca/MS, em Corumbá/MS.

Representaram o **Sinafresp** seu presidente, Ivan Netto Moreno, a diretora Maria Jordan Azevedo e o colega Raphael Latorre, membro do Grupo de Estudos sobre a LOF (Lei Orgânica do Fisco) do **Sindicato**.



## Membros do Codecon debatem novas regras do ICMS

Na tarde de 18 de agosto, o presidente do **Sinafresp**, Ivan Netto Moreno, acompanhado pelo diretor Igor Lucato, esteve na sede da Fecomercio para mais um encontro dos membros do Codecon (Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte).

Após ouvir as palavras do presidente do Codecon, Márcio Olívio Fernandes da Costa, os presentes conheceram o parecer do relator responsável pela análise de uma reclamação de um contribuinte do setor de bebidas.

Em seguida, o doutor em Direito Tributário

José Eduardo Soares de Melo ministrou palestra sobre as alterações da Lei do ICMS – Lei 13.918/2009. Ele abordou, principalmente, os pontos mais criticados da nova lei pelos contribuintes, como as regras sobre solidariedade de terceiros na responsabilidade sobre o produto.

Estavam presentes cerca de 30 representantes de diversas entidades do Estado de São Paulo que compõem o Conselho.

O Codecon foi criado em 2003 com objetivo de ampliar os canais de defesa dos contribuintes de tributos estaduais (ICMS e outros

impostos do Estado de São Paulo). Além do **Sinafresp**, é composto por entidades como Casa Civil, Fazesp (Escola Fazendária do Estado de São Paulo), Secretaria Estadual da Educação, Federação da Agricultura, Corcat (Corregedoria da Fiscalização Tributária), Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), OAB/SP (Ordem dos Advogados do Brasil/SP), Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo), entre outras.

Acesse o site [www.codecon.sp.gov.br/codecon](http://www.codecon.sp.gov.br/codecon) e saiba mais sobre o Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte.

## Entidades do Fisco apoiam cartilha que orienta o voto consciente

O Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar dos Poderes da República) lançou no primeiro semestre a *Cartilha do Cidadão Consciente*, junto de entidades sindicais filiadas à Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital), entre elas o **Sinafresp**, que coeditaram a publicação.

Escrita pelo jornalista, analista político e diretor de Documentação do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz, o principal objetivo é orientar o voto consciente por meio de informações didáticas sobre o funcionamento dos poderes, o aperfeiçoamento da democracia e a valorização dos princípios republicanos.

Na cartilha, os leitores poderão ler questões como a estrutura da organização política brasileira,

a missão do Congresso Nacional, as principais funções do Estado, entre outras.

De acordo com a Secretaria do **Sinafresp**, o material já chegou ao **Sindicato** e será distribuído para os AFRs nas próximas semanas. Os colegas que comparecerem à sede da entidade podem retirar um exemplar do material, disponível na sala de recepção do **Sindicato**.

### O DIAP

Foi fundado em 19 de dezembro de 1983 para atuar com os Poderes da República, em especial no Congresso Nacional e, excepcionalmente, com as assembleias legislativas e câmaras de vereadores, no sentido da institucionalização, da transformação em normas legais das reivindicações predominantes, majoritárias e consensuais

da classe trabalhadora.

É constituído por cerca de 900 entidades sindicais de trabalhadores, congregando centrais, confederações, sindicatos e associações distribuídas em todos os Estados e no Distrito Federal, que exercem o comando político-sindical do DIAP.

O DIAP oferece vários produtos e serviços para as entidades filiadas e para o público em geral, como a *Agência DIAP*, que produz o boletim e o *Jornal do DIAP*; séries anuais como “Os Cabeças do Congresso Nacional” e “Agenda Para Falar com os Poderes”; estudos técnicos, políticos, cadernos-debates e atuação parlamentar; além da edição histórica “Quem foi Quem na Constituinte”, que rastreou a atuação dos parlamentares durante a Assembleia Nacional Constituinte.

## AFR, você já conhece o Fórum do Sinafresp?

### Debates em andamento:

- AFRs em Desvio de Função | Aposentadoria Subteto | Eleições 2010 | Mobilização Nível básico/função básica | PEC Federal PR | Representação política | Lei Orgânica Tabela de Produtividade

### É uma sala de debates no site da entidade

Para ter acesso, basta fazer seu login na área restrita e clicar no link *Fórum*, no menu *Opções*. No primeiro acesso, você deverá cadastrar um apelido, que será a sua identificação.

**Cadastre-se no fórum e participe ativamente das discussões da Classe.**



## Confraternização

# Sinafresp participa de almoço com mais de 180 AFRs aposentados

No dia 25 de agosto, os diretores do **Sinafresp**, José Roberto Costa dos Santos e Igor Lucato Rodrigues, participaram do almoço de confraternização dos aposentados promovido pela Afresp, em sua sede, na capital paulista.



Mais de 180 colegas estavam presentes, entre ativos, aposentados e familiares. Também participaram do encontro os AFRs candidatos nas próximas eleições Gilson Barreto (PSDB), Vitor Sapienza (PPS) e Luiz Carlos Tolo Junior (PDT), para deputado estadual; e João Eduardo Dado Leite (PDT), para federal. O ex-presidente do **Sindicato**, David Torres, representou o AFR candidato a deputado federal, José Carlos Vaz de Lima (PSDB). Todos discursaram antes do início do almoço.

O diretor do **Sinafresp** Igor Lucato Rodrigues foi chamado para falar com os presentes. Ele contou aos colegas sobre o parecer favorável à ação do **Sindicato** contra a Função Básica (leia na página 9).

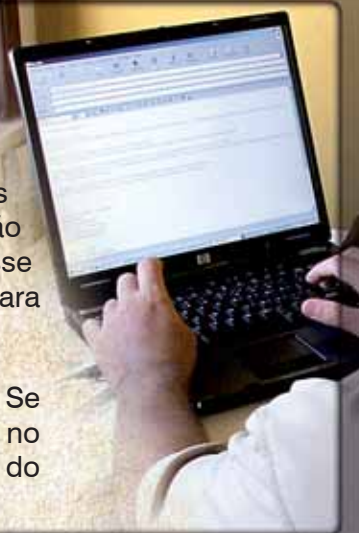


João Dias Yanes, presidente em exercício da associação, agradeceu a presença de todos e lembrou que a Classe só irá para frente se tiver representantes nos parlamentos. "O futuro está na representação política", finalizou.

AFR,

O *Jornal Sinafresp* reserva um espaço pra você expressar sua opinião, críticas, elogios e sugestões à própria entidade ou para os demais colegas. Há também um espaço para publicação de artigos técnicos sobre os temas de interesse da Classe. Envie suas mensagens e/ou textos para [redacao@sinafresp.org.br](mailto:redacao@sinafresp.org.br).

Informe sua delegacia e telefone para contato. Se for da preferência do AFR – e assim solicitado no corpo do e-mail –, preservaremos a identidade do autor.



## Rápidas

### ✓ Frente SP pela PEC 555

Em 12 de agosto, a vice-presidente do **Sinafresp**, Miriam Arado, participou da reunião da *Frente São Paulo pela PEC 555*, promovida pelo Sindifisco Nacional (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil), na capital paulista. O deputado federal Arnaldo Faria de Sá esteve presente e assumiu o compromisso de dar continuidade às lutas dos servidores públicos.

### ✓ Tendências na Administração Fazendária

Nos dias 12 e 13 de agosto, a Secretaria da Fazenda de São Paulo promoveu um seminário internacional sobre tendências e práticas mundiais da administração fazendária. Representaram o **Sinafresp**, como convidados, o presidente, Ivan Netto Moreno, a vice, Miriam Arado, e os diretores Maria Jordan Azevedo, Jorge Luis Breder e Igor Lucato. Um dos palestrantes do evento ressaltou que "rende dividendos ao governo os investimentos que fizer nas pessoas. Ademais, o governo precisa atrair para a Administração Fazendária as pessoas mais brilhantes de cada geração". Leia mais no site do **Sinafresp**.

### ✓ AFR candidato a deputado estadual

Na tarde de 30 de julho, o presidente e o diretor do **Sinafresp**, Ivan Netto Moreno e José Roberto Costa dos Santos, receberam o colega AFR Elzo Sigueta. Agente Fiscal de Rendas desde 1986 e há 23 anos lotado na DRT 14/Osasco, Sigueta concorre nas próximas eleições ao cargo de deputado estadual pelo partido PPS (Partido Popular Socialista).

### ✓ Sinafresp no V Conefisco/MG

Entre os dias 30 de agosto e 1º de setembro, o Sindifisco/MG realizou o V Conefisco. O tema central era *Carga Tributária Brasileira: Excessiva ou injusta?*. No segundo dia do evento, o presidente do **Sinafresp** Ivan Netto Moreno foi debater na palestra sobre *Planejamento Fiscal x Atividade Vinculada*, ministrada pelo promotor de Ministério Público de Minas Gerais, Leonardo Duque Barbabela. O colega José Nuno de Oliveira Marques de Almeida também participou do evento.